

O IMPERADOR ITINERANTE: D. PEDRO II NO EGITO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Aluna: Jacqueline Monteiro dos Santos

Orientadora: Renata Senna Garraffoni

Palavras-chave: D. Pedro II no Oriente; Egito antigo; Identidade Nacional

A presente pesquisa iniciou-se a partir de um desejo pessoal e uma admiração que sempre manteve pelo passado egípcio. Entretanto, o interesse por estudos relacionados às apropriações do antigo Egito pela sociedade brasileira é oriundo das reflexões sobre a Egiptomania, desenvolvidas na disciplina optativa ministrada em 2008 pela Professora Dra. Renata Senna Garraffoni e, posteriormente, do início de uma pesquisa de Iniciação Científica¹ sob a orientação da mesma professora, quando entramos em contato com o *corpus documental* selecionado para esta monografia: os diários de viagem do imperador D. Pedro II do Brasil (1825-1891) referente às suas passagens pelo Egito. O primeiro diário, escrito entre os dias 03 e 14 de novembro de 1871, se refere a uma versão digitalizada da caderneta original de viagens redigida pelo imperador, que se encontra disponibilizada pelo acervo do Museu Imperial do Rio de Janeiro por meio de uma publicação em CD-ROM, organizada por Begonha Bediaga e intitulada *Diário do Imperador D. Pedro II*²; o segundo diário, redigido entre 11 e 23 de dezembro de 1876, e traduzido por Affonso d'Escragnoille Taunay, narra a volta do monarca brasileiro à terra dos faraós, tendo sido publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1909³ como *Viagem ao Alto Nilo*.

Nosso objetivo foi, com esta pesquisa, analisar e refletir, sob a óptica dos Usos do Passado, o lugar, no discurso de D. Pedro II, dedicado à construção do Oriente e, principalmente, do antigo e moderno Egito no projeto de identidade nacional brasileira. Tal corrente de estudos, surgida nas últimas décadas, visa repensar o lugar da História Antiga na modernidade e, ainda, refletir sobre as relações existentes entre presente e passado, assim como a manipulação e apropriação do passado por determinados grupos políticos e/ou sociais para a legitimação de discursos e práticas vigentes⁴.

A monografia foi desenvolvida em três capítulos. O primeiro é dedicado a uma reflexão sobre os principais eixos temáticos de nosso estudo: Usos do Passado, Orientalismo e Egiptologia. Neste capítulo, versamos sobre importantes pesquisas que possibilitaram o repensar sobre o caráter marcadamente político existente no estudo de História Antiga, discutimos o contexto histórico de produção da Egiptologia e a sua chegada ao território brasileiro e, ainda, delineamos, por meio da óptica de Edward Said, a construção cultural do Oriente pelo Ocidente num cenário caracterizado pelo imperialismo europeu e pela construção de identidades nacionais – o *Orientalismo*⁵. No segundo capítulo, buscamos discutir sobre o viajante e intelectual Pedro de Alcântara e a produção de seus diários de viagem às terras do Egito, ressaltando também o contexto notadamente relacionado à construção de uma história para a emergente nação brasileira do século XIX

¹ O primeiro ano de pesquisa de Iniciação Científica, iniciado no Edital de 2010/2011, realizei como voluntária; já o segundo (Edital 2011/2012), como bolsista financiada pelo PIBIC/CNPq.

² BEDIAGA, B. (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999 (Publicação em CD-ROM).

³ TAUNAY, A. E. (Org.). “D. Pedro II. Viagem ao Alto Nilo, em 1876”. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1909, tomo 72, parte II., p. 219-277.

⁴ JUNQUEIRA, N. M. “Uma viagem ao Antigo Egito: a relação entre presente e passado na narrativa de bordo de Gustave Flaubert”. In: *História – Questões e debates*. Curitiba: Editora UFPR, 1999, ano 25, nº 48/49.

⁵ SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

e a busca por uma identidade nacional. Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos os discursos de D. Pedro II sobre o antigo e moderno Egito e de seu lugar na elaboração da identidade brasileira. A seguir, abordaremos os principais elementos levantados em nossos estudos, os resultados obtidos e as conclusões parciais.

O Egito antigo sempre exerceu um grande fascínio sobre a humanidade. Esta fascinação, motivada pela paisagem excepcional, pela cultura e pela intervenção humana no ambiente transcorreu por vários séculos, tendo atingido seu ápice em fins do século XVIII e no delinear do XIX, momento este definido por Federico A. Arborio Mella como *Redescoberta do Egito Faraônico*. De essencial importância para o nascimento e o desenvolvimento da Egiptologia, tal período iniciou-se com duas datas precisas: 1798 e 1824, sendo, respectivamente, a primeira concernente à aventura científico-militar de Napoleão Bonaparte (1769-1821) às terras do Egito, acompanhada não só de militares, canhões e espingardas, mas também de uma vastíssima equipe de estudiosos e intelectuais que delinearão todos os aspectos do território, e, a segunda, à decifração da escrita egípcia – os hieróglifos – por Jean-François Champollion (1790-1832), homem considerado como o “pai” da nova ciência.

Da invasão do território egípcio por Napoleão Bonaparte, que era, de certa maneira, uma forma de confrontar a Grã-Bretanha em suas disputas por potências coloniais, foi legado aos europeus do século XIX, na forma de um saber sistematizado, a *Description de l’Egypte ou Recueil des observations et des Recherches qui ont été faites en Egypte pendant l’expédition de l’armée française publié par les ordres de Sa Majesté l’Empereur Napoléon le Grand*, obra esta que reuniu, esquematizou e organizou tudo o que foi observado, classificado e representado acerca do Egito em seu presente e passado, traduzindo-o para o francês e tornando-o aberto e acessível ao escrutínio europeu. Neste sentido, a França, para Edward Said, ao se apoderar e produzir uma série de saberes referentes ao Egito sob a credibilidade e o ideal de *mission civilisatrice*, corroboraria naturalmente sua força e justificaria sua história, sendo o destino próprio do país oriental se tornar uma anexação europeia. Ainda, da expedição napoleônica, foi transmitida a fonte que abriria o caminho para a decifração dos hieróglifos e o conseqüente enraizamento e desenvolvimento da Egiptologia: a pedra de Rosetta.

A nova ciência não tardou em atravessar os oceanos e se expandir para outros continentes. Sua entrada no território brasileiro nos remonta ao início de um novo momento político-cultural do país: a proclamação da independência do Brasil por D. Pedro I, herdeiro da Coroa Portuguesa, e o estabelecimento de uma nova nação, pautada em uma monarquia constitucional. Introduzidos pelas mãos de dois membros da família imperial brasileira e da casa de Bragança, os estudos sobre o passado egípcio e a relação entre Egito e Brasil, de acordo com a estudiosa Margaret Bakos, se principiam por meio da iniciativa de D. Pedro I e foram delineadas e aprofundadas por seu filho, D. Pedro II. Ao primeiro imperador coube o pioneirismo, já em 1827, na formação de uma coleção egípcia na América Latina; ao segundo, amante do conhecimento, das ciências e das letras, competiu o fortalecimento do vínculo iniciado por seu pai, por meio de sua notoriedade e dedicação à Egiptologia, estabelecida através de seus estudos sobre a antiga civilização, do aumento do número de antiguidades egípcias da coleção iniciada por seu pai e, principalmente, de suas duas idas ao Egito e suas reminiscências relacionadas à *terra dos Faraós*, realizadas em um momento onde as idas ao Oriente “faziam parte do itinerário de qualquer pessoa interessada a conhecer novas culturas”⁶.

A criação da Egiptologia e seu desenvolvimento, assim como a entrada da nova ciência no Brasil e as apropriações de elementos oriundos do Egito antigo em território

⁶ JUNQUEIRA, N. M. *Op. Cit.*, p. 246.

nacional, foram marcadas por um contexto amplo e abrangente, que abarcou todo o Ocidente: o desenvolvimento de um discurso ocidental moderno postulado sobre a exterioridade e que pretendia descrever, explorar, classificar e esclarecer o Oriente para o Ocidente. Tal discurso, nomeado por Edward Said como *Orientalismo*, é delineado pelo estudioso como o modo pelo qual o Oriente é abordado tendo como fundamento o lugar deste na experiência ocidental – e essencialmente europeia. Neste sentido, as representações acerca do oriental, baseando-se minimamente no próprio Oriente, classificavam e generalizavam, através de oposições polarizadoras e arbitrárias, o *outro*. Ainda, através da bipolaridade entre Ocidente e Oriente, colaborou-se para a definição e o fortalecimento da identidade europeia tendo o oriental como o seu contraponto.

As ideias, para além de se limitarem a uma territorialidade, possuem grande circularidade. Assim sendo, as reflexões produzidas no século XIX sobre o Ocidente e o Oriente penetraram os trópicos em um cenário permeado pelo processo, segundo Manoel Luis Salgado Guimarães, de consolidação do Estado Nacional brasileiro e pelo delineamento de um perfil para a nova nação que fosse capaz de lhe garantir uma identidade própria no amplo conjunto das nações civilizadas⁷, buscando-se, sobretudo, definir a pátria brasileira enquanto representante do ideário de civilização no Novo Mundo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, fundado em 1838 e que contou com a proteção financeira e participação pessoal do imperador D. Pedro II em suas reuniões, teve fundamental contribuição na construção identitária brasileira⁸, na constituição de uma história para a nação e até mesmo na viabilização da estabilização do poder monárquico. De acordo com José Carlos Reis, o país precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar para o futuro com confiança⁹, passado este relacionado ao ramo português, aos fatos memoráveis da pátria e aos nomes de seus grandes e melhores filhos. O Brasil deveria, portanto, surgir como desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia, cabendo pouco espaço à história dos indígenas ou dos africanos.

As excursões ao exterior de D. Pedro II tanto ao interior de seu vasto império quanto ao exterior se inserem neste contexto de construção da identidade nacional. Grande viajante, o imperador brasileiro realizou suas primeiras incursões pelo interior das províncias do país ainda na década de 1840 com objetivos imperiais, pois conhecer o amplo território brasileiro era, conforme discorreram João Ricardo Ferreira Pires¹⁰ e Fernando da Cruz Gouvêa¹¹, uma estratégia de poder espacial calcada na visualização e no conhecimento da figura do imperador e, ainda, no reconhecimento, por parte do monarca, de seus súditos¹², demarcando, unindo, solidificando e pacificando os limites da jovem nação.

As viagens de D. Pedro II ao território além-trópico ocorreram apenas na década de 1870. Após quase três décadas de governo, havia chegado a hora de o imperador extrapolar os limites territoriais de seu império e apreciar o mundo que até então conhecia por meio de sua paixão pelos estudos e pela leitura. Persona pública e com um espírito de verdadeira cultura, D. Pedro II manifestou interesse pelas letras e ciências desde muito

⁷ GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, 1988, v. 1, n. 1, pp. 4-27.

⁸ *Idem.*, p. 9.

⁹ REIS, J. C. Anos 1850: Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

¹⁰ GOUVÊA, F. C. *O Imperador Itinerante*. Pernambuco: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

¹¹ PIRES, J. R. F. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais em 2007.

¹² PIRES, J. R. F. *Op. Cit.*, p. 31.

cedo. Giselle Marques Camara, neste sentido, nos apresenta o imperador brasileiro como um *intelectual ilustrado*, ou seja, portador de uma personalidade que reflete a postura de um verdadeiro cientista, preocupado e engajado na elaboração de conhecimentos que cooperassem de maneira significativa para o “progresso da humanidade”¹³. Em suas três viagens ao exterior – maio de 1871 a março de 1872; abril de 1876 a setembro de 1877; e junho de 1887 a agosto de 1888 –, D. Pedro II contribuiu para a disseminação de uma imagem “civilizada” de seu império, pautada principalmente em sua figura de imperador intelectual: trajado com seu jaquetão preto e despejando conhecimento e erudição por todos os lados, esteve em várias escolas, museus e instituições científicas e acadêmicas; visitou e manteve um assíduo contato com ilustres personalidades, homens de letras, estudiosos e intelectuais da época; conheceu igrejas, conventos e bibliotecas.

Suas duas viagens às terras egípcias ocorreram em 03 a 14 de novembro de 1871 e 11 de dezembro de 1876 a 06 de janeiro de 1877. Delas restaram-nos cartas, fotografias e dois diários de viagem. Considerando que as narrativas de viagem de D. Pedro II são representativas de suas visões de mundo e que todo discurso é, como ressaltou a estudiosa Nathalia Monseff Junqueira, político, cultural e intencional – situação esta promovida pela mediação entre o homem e seu contexto –, empreendemos como metodologia de análise do corpus documental selecionado a *Análise do Discurso*. Para tanto, buscamos compreender, por meio de algumas questões levantadas, quais eram os objetivos da escrita, os destinatários, os principais elementos que constituíam o antigo e moderno Egito e as maneiras pelas quais o *outro*, ou seja, o oriental aparece e é delineado.

Evidenciamos, ao analisar os dois diários de viagem, que o primeiro deles, escrito com uma linguagem simples e de fácil compreensão, era destinado a uma pessoa em específico: uma grande amiga, que supomos ser a Condessa de Barral¹⁴, devido à grande aproximação, intimidade e amizade existente entre os dois; no segundo, observou-se uma grande transformação na maneira de se escrever: a linguagem tornara-se polida, erudita e de difícil compreensão, onde o imperador brasileiro dialoga com importantes nomes da Egíptologia do período, conhecidos em ocasião de sua primeira viagem, e com autores clássicos que se dedicaram, em parte, à sociedade egípcia, tais como Heródoto, Diodoro e Estrabão. Supomos que este segundo diário fosse destinado a um público conhecedor de Egíptologia, mais provavelmente seus amigos egíptólogos, devido à sua forma analítica da geografia, dos descobrimentos arqueológicos, dos baixos relevos e hieróglifos, assim como dos templos que visitou ao longo de sua viagem pelo rio Nilo.

No que tange ao primeiro diário, referente à suas passagens por algumas localidades do Baixo Egito - Gizé, Heliópolis, Menfis, Saqqara e Alexandria -, definimos três principais temáticas: *esplendor do antigo Egito*, *descrições do moderno Egito*, e *descrição e classificação do outro – o oriental*. Em relação à primeira, D. Pedro II, conhecendo um pouco do antigo Egito, se sentiu “*maravilhado do grau de perfeição da escultura entre os Egípcios [...]*”¹⁵, sendo as antiguidades egípcias consideradas por ele

¹³ CAMARA, G. M. *Então esse é que é o Imperador? Ele não se parece nada com reis*: Algumas considerações sobre o intelectual brasileiro Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2005, p. 61

¹⁴ De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, a Condessa de Barral foi tutora das filhas de D. Pedro II e, posteriormente, dama da imperatriz. Educada na França e portadora de talentos excepcionais, a Condessa trouxe em sua bagagem, devido a uma grande convivência na corte de Luis Filipe, os hábitos da nobreza francesa. Na moradia Imperial, em São Cristóvão, estabeleceu uma forte amizade com o imperador, havendo até mesmo a suspeita de os dois serem amantes. Cf.: SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 380-381.

¹⁵ BEDIAGA, B. (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999 (Publicação em CD-ROM).

como um tesouro de inestimável riqueza e os monumentos como imponentes e majestosos. No que concerne à segunda, o território egípcio é caracterizado climática e geograficamente como apreciável, mas atrasado: as ruas que ainda não se encontravam europeizadas eram, para D. Pedro II, verdadeiros e imundos formigueiros com fétidos odores; os edifícios, que geralmente tentavam imitar padrões arquitetônicos europeus, eram considerados feios; a difícil navegação pelo rio Nilo tinha um motivo: o Egito ainda engatinhava rumo à civilização. Em relação à última temática, os egípcios eram classificados pelo olhar do imperador como um povo que lhe parecia “*uma nova espécie cínica em todo o sentido [...]*”¹⁶. Neste sentido, os egípcios modernos, para D. Pedro II, além de terem uma poesia destituída de metrificacão e contemplada por pensamentos banais, de tocarem instrumentos semelhantes aos dos negros boçais, os muçulmanos provavelmente mais cochilavam e dormiam do que estudavam o Alcorão e diziam asneiras.

É em *Viagem ao Alto Nilo*, diário de sua segunda viagem ao Egito, que D. Pedro II constrói um antigo Egito, traçando, através de seus monumentos e registros encontrados nas paredes, uma histórica com aspectos míticos, religiosos, políticos e culturais. Observamos, ao analisar este diário, a presença de algumas temáticas: descrições de paisagens, onde a geografia e o clima são sempre apontados como fascinantes; conhecimento dos estudos que estavam sendo desenvolvidos, onde constrói um antigo Egito a partir de uma confluência entre o que se leu e o que se viu; e preservação patrimonial e preservação da memória.

Neste sentido, há a presença, nos diários de viagem do imperador, de *dois Egitos*: um antigo e um moderno. Embebido por ideias e conhecimentos oriundos do Velho Mundo, o imperador brasileiro observou o Egito como uma territorialidade que havia sido imponente e esplendorosa em um remoto tempo, vivido há mais de quatro mil anos; entretanto, na modernidade, examinou o contrário: uma civilização decadente, apenas se salvando, neste panorama de hábitos atrasados, aqueles que mantiveram contato com as populações europeias e com os modelos civilizatórios desejados e difundidos, principalmente, pela Inglaterra e França, cujo intuito era levar a “civilização”.

O conhecimento sistemático sobre o passado egípcio, observado no segundo diário do imperador, nos leva a refletir sobre o lugar do antigo Egito em seu pensamento. Este é construído e delineado, por D. Pedro II, a partir de sua ligação com a tradição ocidental e judaico-cristã. Neste sentido, o imperador brasileiro observava não somente o passado do Egito por ele mesmo, mas também por meio de representações ocidentais oriundas de textos clássicos, bíblicos e orientalistas.

D. Pedro II, considerando a si mesmo e o seu império como ocidental, civilizado e ligado à Europa, traçou uma oposição entre “*nós*”, civilizados ocidentais e “*eles*”, os egípcios modernos e bárbaros orientais, reforçando, desta maneira, a identidade brasileira como in timamente ligada ao Ocidente. Neste sentido, sendo o representante do império brasileiro, D. Pedro II, ao classificar o *outro*, classificava a si e à sua nação, tendo como ponto de referência o espaço oriental do saber. Apesar de o Egito maravilhar o imperador por sua antiguidade, delineada pelo esplendor arquitetônico e pelas belas artes, ele acaba assumindo uma posição de desvalorização em sua contemporaneidade, tornando-se um lugar de peculiaridades contraditórias ao que se ansiava para a nação brasileira. Oposto do que se buscava para o Brasil Nação, o Egito era, em suma, um contraponto para a construção identitária brasileira, pautada na ideia de civilização e tendo como aporte o homem branco, sobretudo europeu.

¹⁶ *Idem*.